

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013/2012 (CONTINUAÇÃO)

(Valores expressos em milhares de Reais)

- FDE INCENTIVOS FINANCEIROS

O financiamento de natureza reversível para o setor privado instituído pelo inciso IV do Art. 2º da Lei Estadual nº 5.674 de 21/10/1991 que permite a realização de financiamentos a pessoas jurídicas do setor privado, vinculado à Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará instituída através da Lei Estadual nº 6.489 de 27/09/2002.

A concessão de incentivos financeiros foi regulamentada pelos Decretos Estaduais nº 2.709 de 30/12/2010 e nº 5.615 de 29/10/2002. O incentivo financeiro consiste na concessão de financiamento em valor correspondente a até 75% (setenta e cinco por cento) do ICMS gerado pela atividade operacional do empreendimento e efetivamente recolhido ao Tesouro Estadual. O valor aplicado no ano de 2013 foi de R\$7.691 (R\$22.142 acumulado até 31 de dezembro de 2012).

▪ Programa de Redução da Pobreza e Gestão de Recursos Naturais do Pará – Programa PARÁ RURAL

O fundo foi instituído através da Lei Estadual nº 6.797 de 16/11/2005 e tem como objetivo de incrementar a renda e melhorar as condições de vida de comunidades rurais pobres e o fortalecimento do processo de gestão fundiária e ambiental do Estado, consolidando o uso sustentável dos recursos naturais. O fundo é formado por recursos do Governo do Estado do Pará e do Banco Mundial.

O programa é formado por 04 (quatro) componentes. O banco é encarregado da administração do Componente A que se refere aos Projetos de Investimento Produtivo, os quais objetivam apoiar associações, cooperativas, sindicatos e similares, que realizem atividades produtivas que estejam baseadas no aproveitamento das potencialidades locais, voltado para a população rural pobre.

O Componente A objetiva apoiar atividades produtivas baseadas no aproveitamento das potencialidades locais, capazes de promover a melhoria dos padrões de produção e renda das populações rurais que tem renda familiar igual ou inferior a R\$ 4.700,00 por ano. O valor aplicado no ano de 2013 foi de R\$7.794 (R\$9.523 acumulado até 31 de dezembro de 2012).

▪ Fundo de Aval do Estado do Pará – FAP

O fundo foi instituído pela Lei Estadual nº 6.293 de 07/05/2000 e tem como objetivo prover de forma complementar os recursos para garantia de crédito de operações de financiamento a pessoas físicas e jurídicas, objetivando a alavancagem e diversificação da base produtiva do Estado do Pará. O fundo é formado por recursos do Governo do Estado do Pará e foi regulamentado através do Decreto Estadual nº 1.461 de 09/12/2008.

Não houve aplicação de recursos no ano de 2013, não há previsão para retomada das operações do fundo (até 30 de junho de 2012 foram aplicados R\$360).

▪ GOVERNOS MUNICIPAIS:

Os Fundos Municipais de Desenvolvimento são iniciativas dos governos municipais criados através de Leis Municipais e regulamentados através de Decretos, que permitem que as Prefeituras concedam empréstimos de caráter reversível a micro e pequenos empreendedores, pessoas físicas e jurídicas, que exerçam atividades produtivas naquele município há pelo menos dois anos e que permitam potencializar e incentivar a geração de postos de trabalho e de renda para o município.

Dentre os Fundos Municipais administrados pelo banco temos:

- ✓ Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Santarém – Banco do Povo de Santarém (Prefeitura Municipal de Santarém);
 - ✓ Fundo Municipal de Solidariedade para a Geração de Emprego e Renda – Banco do Povo de Moju (Prefeitura Municipal de Moju);
 - ✓ Fundo Municipal de Geração de Emprego e Renda do Município de Óbidos – FUNGER Óbidos (Prefeitura Municipal de Óbidos);
 - ✓ Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Ananindeua – FMD Ananindeua (Prefeitura Municipal de Ananindeua);
 - ✓ Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda – Ver-o-Sol (Prefeitura Municipal de Belém);
 - ✓ Fundo Municipal de Desenvolvimento de Paragominas – FMD Paragominas (Prefeitura Municipal de Paragominas);
 - ✓ Fundo Municipal de Geração de Emprego e Renda do Município de Santa Bárbara – FUNGER Santa Bárbara (Prefeitura Municipal de Santa Bárbara);
 - ✓ Fundo Municipal de Economia Popular e Solidária – FUNDOSOL (Prefeitura Municipal de Xinguara).
 - ✓ Fundo Municipal para Geração de Postos de Trabalho e Renda do Município de Portel – FMTR Portel (Prefeitura Municipal de Portel);
 - ✓ Fundo Municipal de Desenvolvimento de Vigia – FUNDEV (Prefeitura Municipal de Vigia);
- O valor aplicado no ano de 2013 foi de R\$14 (R\$ 2.622 acumulado até 31 de dezembro de 2012).

17. Transações com Partes Relacionadas

As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias praticadas com terceiros no Banco.

As obrigações sociais e por convênios são correspondentes ao passivo atuarial do Banco, bem como a contrapartida na CAFBEP para o incentivo dado pelo Banco para a migração de planos de aposentadoria dos funcionários.

Um sumário dos principais saldos na data do balanço é apresentado a seguir:

	31.12.2013	31.12.2012
Estado do Pará		
Depósitos à vista – (Nota Explicativa nº 10 (c))	370.372	299.107
Depósitos a prazo – (Nota Explicativa nº 10 (c))	1.305.308	1.253.674
Caixa de previdência e assistência dos funcionários do Banpará - CAFBEP		
Depósitos à vista	52	340
Obrigações sociais e por convênio (Nota Explicativa nº 15.1(b))	28.973	32.210
	31.12.2013	31.12.2012
Remuneração com os administradores		
Diretoria	1.268	1.259
Conselho de Administração	238	224

18. Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura, em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 158.174 (R\$ 125.553 em 31 de dezembro de 2012), é determinada em função de avaliação dos valores e riscos envolvidos.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das informações contábeis intermediárias, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

19. Instrumentos financeiros

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros não derivativos, divulgados nas notas anteriores.

A administração desses instrumentos é efetuada através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operações e de limites, bem como de outras técnicas de acompanhamento das posições. O Banco não operou com derivativos findados em 31 de dezembro de 2013.

20. Acordo de compensação e liquidação de obrigações

O Banco mantém com o Banco Cooperativo do Brasil – Bancoob Acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do artigo 30 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001. Em 31 de dezembro de 2013, a posição da obrigação do Banco que envolve referido acordo é a seguinte:

31.12.2013					
Modalidade da operação	Data do contrato	Vencimento da obrigação	Valor do DIR	Juros capitalizados	Valor total
Bancoob					
CDI-PÓS	24/06/2013	23/06/2013	74.300	3.484	77.784
CDI-PÓS	22/07/2013	28/07/2013	10.000	405	10.405
CDI-PÓS	23/09/2013	22/09/2014	1.650	42	1.692
CDI-PÓS	23/12/2013	22/09/2014	1.900	4	1.904
Total			87.850	3.935	91.785

31.12.2012					
Modalidade da Operação	Data do Contrato	Vencimento da obrigação	Valor do DIR	Juros Capitalizados	Valor Total
Bancoob					
CDI-PÓS	18.06.2012	18.03.2013	4.000	161	4.161
CDI-PÓS	24.09.2012	24.06.2013	80.400	1.486	81.886
CDI-PÓS	21.12.2012	20.09.2013	5.900	8	5.908
Total	-	-	90.300	1.655	91.955
Sicredi					
CDI-PÓS	18.06.2012	18.03.2013	1.000	39	1.039
CDI-PÓS	18.06.2012	21/06/2013	26.000	1.025	27.025
Total	-	-	27.000	1.064	28.064

21. Imposto de renda, contribuição social e crédito tributário.

a. Base de Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

DESCRIÇÃO	31.12.2013		31.12.2012	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes da tributação e participações	210.306	252.612	179.822	219.006
Juros sobre Capital Próprio	(20.994)	(20.994)	(21.455)	(21.455)
Base de Cálculo	189.312	231.618	158.367	197.551
Adições (Exclusões)	133.083	90.777	70.489	31.305
Lucro Tributável antes das Compensações	322.395	322.995	228.856	228.856
Compensação de Prejuízos Fiscais e Base Negativa	-	-	-	(13.870)
Base de Cálculo após Compensações	322.395	322.995	228.856	214.986
Alíquota Normal (15%)	48.359	48.359	34.328	32.248
Adicional do Imposto de Renda (10%)	32.216	-	22.862	-
Valores Devidos	80.575	48.359	57.190	32.248
Programa de Alimentação ao Trabalhador	(138)	-	(140)	-
Incentivos Fiscais	(798)	-	-	-
Prorrogação da Licença Maternidade	(109)	-	(89)	-
IR e CSLL a Pagar	79.530	48.359	56.961	32.248

b. Créditos Tributários Ativados

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 70.008 , relativo às diferenças temporárias de Provisão para Créditos em Liquidação, ativadas em novembro de 2011, dezembro/2012 e dezembro/2013, sendo R\$ 45.495 decorrentes da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e R\$ 24.513 decorrentes da aplicação da alíquota de 15% de CSLL sobre a base de Operações de Créditos em Liquidação controlada na Parte B do LALUR.

O procedimento de baixas dos créditos registrado no Ativo Fiscal Diferido das Provisões para Créditos em Liquidação será realizado com base nas Perdas transferidas para CBP, efetivamente deduzidas no cálculo mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Créditos Tributários	Saldo 31/12/2012	Constituição	Realização	Saldo 31/12/2013
Prejuízo Fiscal IRPJ	-	-	-	-
Diferença Temporária - IRPJ	35.407	17.788	(7.700)	45.495
Base Negativa - CSLL	-	-	-	-
Diferença Temporária - CSLL	18.460	10.673	(4.620)	24.513
Total	53.867	28.461	(12.320)	70.008